

Pacote para salvar emprego.....	1
“Muitos governos tentaram mudar e nós resistimos”	2
Mesa recua e anula adicional a servidores	3
Protesto e ameaça de greve contra dispensas.....	4
Acordo do Copola, não	4
Governo diminui verbas para MST.....	4
Corrupção motiva 2 mil demissões.....	5
Governador do Rio veta lei que provocou reações no Judiciário	6
Governo admite o agravamento da crise.....	6
Pesquisa mostra o otimismo do brasileiro	6
Protestos contra o corte de vagas	7
Uso do FGTS no imóvel se amplia	7
Povo palestino é defendido na Esquina Democrática	7
Ulbra paga, e greve pode acabar	8
Abalos no emprego	8
Câmara recua sobre benefícios a servidores	9
Mortos em Gaza são sobretudo crianças, idosos e mulheres	10
Crise reduz emprego e renda na indústria.....	10
Paralisações e férias coletivas afetam número de horas pagas	11
Força crítica GM por demitir após ajuda do governo	12
Estabilidade do trabalhador poderá ser ampliada	12
Votorantim Metais dá férias coletivas em MG	13
Volkswagen e Arcelor Mittal anunciam adoção de PDV	13
Funcionários da GM exigem reconstrução de demitidos.....	14
Governo estuda seguro para garantir casa a desempregado.....	14
Queda do emprego na indústria é reflexo da crise internacional, avalia IBGE	15
Lupi quer manutenção de emprego em empresas que receberem recursos do FGTS e FAT	15
Líder indígena é assassinada em fazenda sob demarcação em Diamantino, MT	16
Em 2008, pelo menos 53 indígenas foram assassinados no Brasil	16
Trabalhadores e patrões selam acordo para conter demissões em massa na crise.....	17
A crise como possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento	18
Indústria baiana perde mais empregos que média do País.....	20
Sem CUT, sindicatos e Fiesp discutem redução de jornada	21
Juiz acusado por escravidão interfere em caso de escravagista	22
Banco Santander deve indenizar empregado demitido na véspera de cirurgia.....	24
Projeto garante estabilidade de empregos em casos de fusão.....	25
Grupo RBS contesta acusação de oligopólio em SC	25

[Pacote para salvar emprego](#)

Governo federal deve lançar medidas na próxima semana para conter demissões

Preocupado com o impacto da crise, o governo federal prepara medidas para conter demissões. O objetivo é evitar que o agravamento do mercado de trabalho se torne uma tendência ao longo do ano. As propostas ainda não estão fechadas, mas algumas delas devem ser anunciadas na próxima semana.

Ontem à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que esboçou duas propostas (a terceira já está em estudo):

1º compromisso de manutenção de empregos por parte de empresas que tiveram financiamento com dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – leia-se Caixa Econômica Federal – e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – no caso, o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social.

2 Punir com a suspensão do crédito nos bancos oficiais a empresa que se beneficiar de ações do governo e ainda demitir empregados.

3 Aumentar para até 10 o número de parcelas do seguro-desemprego. Hoje, varia de três a cinco. No encontro de manhã, numa reunião com outros ministros, Lula disse que o primeiro trimestre será balizador para ver qual deve ser a real sequela da crise no país.– Seria ilusão achar que não ia haver demissões. A crise vem de fora para dentro, e as coisas não têm sido feitas só a partir de Brasília, o presidente tem conversado com empresários de todo o país e de todos os setores. Esses três meses darão um norte para o cenário da economia em 2009, e não se pode errar nas medidas – afirmou o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, presente ao encontro.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a perspectiva é de redução no ritmo de criação das vagas ou até queda no nível de emprego no primeiro trimestre, segundo o economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) André Luiz Leite Chaves:– O maior ou menor impacto (sobre o nível de emprego) vai depender das medidas que o país vai adotar.

Antes de se reunir com Lula, Lupi recebeu a União Geral dos Trabalhadores, que levou propostas para interromper o ritmo das demissões. Entre as quais a exigência de que as empresas que receberem dinheiro ou benefícios públicos sejam obrigadas a garantir contratualmente os empregos. Lupi disse que ainda não há uma decisão sobre como isso pode ser feito, mas voltou a defender a exigência de contrapartidas sociais dos empresários.

Ocupação na indústria tem maior queda em cinco anos

Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o emprego na indústria caiu 0,6% em novembro ante outubro, a maior queda desde outubro de 2003, além de recuo na renda (confira quadro abaixo). Para o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, o resultado não foi surpresa:– Já tínhamos sentido na prática os efeitos e, em janeiro, será ainda pior.

Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), insistiu na defesa da flexibilização dos direitos trabalhistas e rejeita a exigência de manutenção dos empregos. Mas um item une empresários e sindicatos (e boa parte do próprio governo) neste momento: é a cobrança de redução da taxa básica de juro por parte do Banco Central. O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne na próxima semana.

ZERO HORA

“Muitos governos tentaram mudar e nós resistimos”

Entrevista: Rejane de Oliveira, PRESIDENTE DO CPERS/SINDICATO

Desde que a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, anunciou seus planos para reformar o ensino público gaúcho, o Cpers/Sindicato critica o projeto. Em entrevista concedida ontem à tarde a Zero Hora, a presidente do sindicato, Rejane de Oliveira, manifestou determinação em barrar as mudanças. Confira trechos da conversa:

Zero Hora – Que avaliação o Cpers faz das propostas da SEC?

Rejane de Oliveira – É uma visão de educação de mercado. Visa a lucro, resultado, desconsidera o que entendemos que seja educação de qualidade. O ponto mais negativo é querer mudar o plano de carreira, que valoriza a habilitação e a experiência. Temos uma progressão na carreira a partir da habilitação e da formação. Prevê promoção por tempo de serviço, que significa a valorização da experiência pedagógica. Somos contra premiar professor através do desempenho dos alunos. O governo faz um discurso fácil da educação de qualidade sem apresentar o investimento que será feito. Hoje fiquei impressionada com a falta de honestidade do governo ao dizer que vai aumentar a verba de manutenção das escolas, um governo que cortou 30% das verbas desde que assumiu, fechou bibliotecas e laboratórios.

ZH – A senhora não considera necessária alguma mudança estrutural para que surjam recursos?

Rejane – Com relação ao plano de carreira, muitos governos tentaram mudar e nós resistimos, porque consideramos importante. A fala do governo tem sido no sentido de retirar nossos direitos. Não é possível que governo que não tem política salarial ainda queira arrancar a canetaço os nossos

direitos.

ZH – Dos R\$ 4 bilhões da educação, R\$ 3,5 bilhões vão para pessoal e encargos. Isso não atrapalha?

Rejane – Os governos se elegem dizendo que educação é prioridade. A Constituição diz que 35% da receita líquida tem de ser investida em educação, o que não é cumprido. Tem de olhar para os servidores que estão com salário rebaixado, diminuir a diferença do menor salário para o maior.

ZH – Mas para isso não é necessário alterar o plano de carreira?

Rejane – Se o governo repusesse a inflação dos últimos anos, o nosso básico já seria igual ao piso nacional. O governo quer convencer a quem, sendo que apenas reajustando pela inflação o nosso básico já chegaria ao valor do piso nacional?

ZH – Como equacionar a questão dos aposentados, que pesam mais na folha mensal do que os ativos?

Rejane – Na nossa carreira, quando um professor se aposenta, ele se aposenta com um nível de especialização. Acharmos que isso ajuda e incentiva o trabalhador a se formar e na qualidade da educação. E a promoção que os trabalhadores vêm atingindo ao longo da sua carreira valoriza o trabalhador que tem tempo de serviço, é promovido por merecimento. É justo que alguém se aposente com essas vantagens. Agora, nós não temos nenhum trabalhador aposentado que receba mais de R\$ 2 mil.

ZH – Ninguém com mais de R\$ 2 mil?

Rejane – Não é possível que um trabalhador que passa a vida inteira contribuindo para a educação não se aposente com salário justo. Nossos trabalhadores se aposentam com R\$ 2 mil, R\$ 2,5 mil. O médico passa pelo professor, o advogado passa pelo professor, o jornalista passa pelo professor, os políticos passam, e é justo o professor se aposentar com R\$ 2 mil, R\$ 2,5 mil na melhor das hipóteses?

ZH – Qual é a proposta concreta do Cpers para a educação?

Rejane – O governo tem lógica de mercado, de que o que é público não serve. Temos de buscar mais a qualidade. Mas estamos mais qualificados do que Minas Gerais e São Paulo, que o governo busca como modelos e fracassaram. Mas não significa que estamos satisfeitos. Nós queremos melhorar.

ZH – Mas seguindo qual modelo, então?

Rejane – Devemos construir, em parceria com a comunidade, uma proposta político-pedagógica. Tem de incluir não só a construção do conhecimento, mas fazer com que a escola cumpra seu papel social.

ZH – O papel não é educar com qualidade?

Rejane – São os conteúdos formais, mas também formar para a cidadania, desenvolver valores e preparar para a vida. Em tempo de desemprego, miséria e oferta das drogas, a escola precisa cumprir com o papel social que o governo hoje não considera.

ZH – Não existe espaço para diálogo em busca de pontos em comum?

Rejane – Sempre que fomos conversar, propusemos diálogo, a secretária nunca se dispôs a negociar conosco. Tanto que durante a novela do vaivém da secretária nos perguntavam o que achávamos da permanência da secretária. A proposta que ela defende é do governo Yeda, mas a secretária tem um perfil de conflito, um perfil de não dialogar.

ZH – Como deve ser o embate ao longo do ano?

Rejane – Deve ser uma luta unificada com os demais servidores do Estado. Dia 12 de fevereiro, vamos fazer um encontro estadual dos trabalhadores em educação e debateremos a nossa estratégia política para março.

marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

ZERO HORA

Mesa recua e anula adicional a servidores

Pressionada pela repercussão que uma nova gratificação para os servidores e a troca do plano de saúde teriam no orçamento da Câmara dos Deputados, a Mesa Diretora resolveu ontem anular as

duas decisões.

O adicional rejeitado pelos deputados aumentaria os salários de servidores legislativos em até 30% sobre o vencimento-base – o que faria com que o valor máximo adicional chegasse a R\$ 1,8 mil por servidor. A proposta, além de reconhecer títulos, concedia a gratificação aos servidores que ocupam cargos de chefia no parlamento.

A Mesa também anulou a decisão que autorizava o Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) a escolher um plano de saúde privado dos funcionários concursados da Casa, incluindo no atendimento 12 mil cargos em comissão.

O ato da Mesa havia deixado isolado o presidente do Sindilegis, Magno Mello. Diretores administrativos procuraram o comando da Casa e reclamaram das possíveis mudanças.

ZERO HORA

Protesto e ameaça de greve contra dispensas

Cerca de 4,5 mil funcionários da General Motors (GM) em São José dos Campos, no interior paulista, suspenderam as atividades por uma hora ontem em protesto às demissões de 802 trabalhadores temporários nos últimos dias.

O sindicato local ameaça defender a greve. Em duas assembleias com metalúrgicos, foi aprovada a exigência de readmissão das pessoas dispensadas, além da cobrança de concessão de estabilidade de emprego. Nova assembleia com os trabalhadores deve ser feita amanhã.

Em entrevista ao canal Globonews, o vice-presidente da GM, José Carlos Pinheiro Neto, lamentou a posição do sindicato e disse que não leva em consideração a possibilidade de greve:– Infelizmente, quando nós os contratamos (os temporários), imaginávamos um mercado de 3,2 milhões de veículos. Se este ano chegarmos a 2,5 milhões estaremos muito satisfeitos.

ZERO HORA

Acordo do Copola, não

Terminou sem acerto a reunião realizada ontem entre a Força Sindical e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). O objetivo era discutir propostas que atenuassem os efeitos da crise.– Não queremos fazer o acordo do Copola – disse o dirigente sindical Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, referindo-se à novela A Favorita, cujo personagem Frederico Copola, líder sindical, é interpretado pelo ator Tarcísio Meira.

No enredo da Rede Globo, foi feito um acerto pela reabilitação da massa falida da empresa Fontini. Irene (a atriz Glória Menezes), viúva do dono, cheia de dívidas após um rombo criminoso, combina com Copola um acordo para reerguer os negócios, sob a aprovação dos trabalhadores, aos quais foram prometidos ações, lucros e dividendos se a situação melhorasse.– Aquele acordo foi muito ruim, pois reduziu os salários para um terço do que se ganhava, sem reduzir a jornada – comentou Paulinho.

ZERO HORA

Governo diminui verbas para MST

Irregularidades fazem movimento receber menos recurso federal

Às vésperas da comemoração de seu aniversário de 25 anos de fundação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfrenta uma grave seca de recursos públicos – a pior desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu governo, em 2003.

No ano passado, as quatro principais organizações legais do MST receberam, de janeiro a novembro, R\$ 1,4 milhão para gastar. Foi uma quantia pequena, considerando que só em 2004 essas mesmas entidades tiveram R\$ 13 milhões. A razão disso não está no Palácio do Planalto, que sempre esteve e continua próximo dos sem-terra, nem em qualquer gabinete da Esplanada dos Ministérios. O foco da crise encontra-se a poucos metros dali, no Tribunal de Contas da União (TCU).

Isso ocorre porque as prestações de contas das entidades que constituem a fachada legal do MST, com registro jurídico e condições legais para celebrar convênios com órgãos do governo, têm sido

seguidamente rejeitadas pelo órgão. Os problemas dessas contas, segundo os acórdãos do tribunal, variam de notas frias a desvio das finalidades para as quais o dinheiro público foi destinado. A consequência quase automática de tais irregularidades é a suspensão dos convênios, seguida do fechamento da torneira de onde sai o dinheiro do contribuinte. A pior situação é a da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, conhecida pela sigla Anca. Depois de receber quase R\$ 17 milhões entre os anos de 2004 e 2006, a Anca passou os últimos dois anos sem ver nenhum tostão dos cofres públicos, conforme números da Controladoria-geral da União (CGU), que podem ser consultados pela internet no Portal da Transparência. A Anca é a maior e a mais importante das entidades de fachada legal do MST. Tanto em São Paulo quanto em Brasília, são os seus escritórios que abrigam toda estrutura organizacional do movimento.

São Paulo

Caixa fechado

EM QUEDA

A evolução dos repasses federais para entidades ligadas às quatro principais entidades ligadas ao movimento:

2004 13.014.646,58

2005 10.680.614,30

2006 8.177.309,29

2007 2.001.655,50

2008 1.483.930*

* até novembro

O HISTÓRICO

> O esvaziamento dos cofres dos sem-terra teve origem em 2004, quando se instalou no Congresso a chamada CPI da Terra

> Na ocasião, os parlamentares tentaram convocar e responsabilizar líderes do MST por invasões de terra e outras ações consideradas ilegais. Mas como o movimento não tem estrutura jurídica – nem diretoria e endereço –, a tentativa fracassou

> Em represália, os parlamentares investigaram as entidades que o MST criou ao longo dos anos para negociar convênios e receber verbas tanto de instituições públicas como privadas, no Brasil e do Exterior. Só em Brasília, entre ministérios, secretarias e autarquias, chega a 15 o número de instituições que repassam recursos para os sem-terra

> No seu encerramento, em 2006, a CPI recomendou ao TCU que investigasse com maior rigor as contas dessas entidades

> Só em 2008 saíram do tribunal quatro acórdãos com condenações às entidades do MST. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apareceu em outros quatro acórdãos justamente por causa de problemas em convênios feitos com as entidades de fachada

> Um desses acórdãos trata de um convênio que destinou R\$ 230 mil para a compra de material didático para a alfabetização de jovens e adultos em assentamentos gaúchos. Os ministros do TCU estranharam o fato de, na prestação de contas, não estar incluída a compra de nenhum livro de matemática, português ou ciências, mas existiam vários títulos da Expressão Popular, editora pertencente ao MST

A REAÇÃO DO MST

> Para a diretoria da Anca, a recusa de suas contas e de outras entidades da reforma agrária pelo TCU está ligada a questões políticas

> O porta-voz da instituição, Patrick Mariano, vê componentes políticos na rejeição ao perceber que “há um rigor diferenciado na análise dos projetos de entidades que desenvolvem trabalho com a população assentada, na área de educação e produção agrícola, em comparação com a complacência enorme com entidades ligadas a setores da classe dominante”

ZERO HORA

Corrupção motiva 2 mil demissões

Quase dois mil funcionários foram demitidos do governo federal em todo o país nos últimos seis anos, acusados de corrupção e outras irregularidades, de acordo com balanço da Controladoria-Geral da União (CGU). O ritmo das punições teve uma queda em 2008, quando 347 servidores foram demitidos, destituídos do cargo ou tiveram a aposentadoria cassada. Em 2007, foram 437 punições.

Entre os 1.969 funcionários removidos do serviço público, a irregularidade mais frequente foi a obtenção, com o cargo, de vantagem pessoal ou para terceiros, com 984 casos. Em seguida, estão 580 registros de improbidade administrativa. Recebimento de propina e lesão aos cofres públicos somam 343 casos.

O governo intensificou o combate à impunidade, com a consolidação do sistema de correição – implantação de uma unidade em cada ministério. Antes disso, os casos ficavam engavetados por coleguismo ou se arrastavam até prescrever. 'Por isso, muita coisa se acumulou, daí o grande número de punições ocorridas nos últimos anos', disse o ministro Jorge Hage (CGU).

Correio do Povo

Governador do Rio veta lei que provocou reações no Judiciário

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), vetou ontem o projeto de lei da Assembleia Legislativa que obrigava todos os servidores públicos do Estado, inclusive desembargadores, juízes, procuradores e promotores, a enviar ao Legislativo suas declarações de rendimento e evolução patrimonial. Aprovada em dezembro, a proposta do presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), provocou reações de repúdio no Judiciário.

CORREIO DO POVO

Governo admite o agravamento da crise

Em reunião com Lula ontem, ministro do Trabalho recebeu a missão de entregar na segunda-feira uma radiografia do desemprego

Brasília — O governo espera um agravamento do desemprego em dezembro e promete medidas para evitar que este cenário se torne tendência. Uma das possíveis ações proibiria empresas que tomam financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de demitir empregados. 'Não pode o governo investir bilhões, colocar dinheiro para ajudar as empresas a saírem de dificuldades e elas continuarem demitindo', disse ontem o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. O recado foi claro: 'Ou essas empresas assumem o compromisso de não demitir ou o governo terá que refazer linhas de financiamento.' Ele adiantou ainda que outras medidas estão em estudo. 'Temos várias sugestões, como a extinção de horas extras e adoções de medidas sociais. Já montamos um conselho que vai acompanhar todos os investimentos do FGTS e do FAT para exigir deles a garantia do emprego', acrescentou.

Lupi disse que não ficou assustado com os números do mercado de trabalho divulgados ontem pelo IBGE, pois os dados de emprego formal (Caged) já mostravam queda. Sobre o resultado do Caged em dezembro, a ser divulgado na próxima semana, Lupi reconheceu que o dado 'vai ser maior que a média'. Na reunião que manteve com o presidente Lula ontem, de mais de uma hora, Lupi recebeu o pedido de um levantamento completo da situação de desemprego no país. Os dados devem ser entregues na segunda-feira. A maior preocupação da equipe econômica é que as demissões, que ganham força não só no setor automobilístico, sejam capazes de pôr pessimismo nas expectativas de setores ainda não afetados. Um cenário nessa direção comprometeria o crescimento econômico previsto para este ano acima de 3%. Há quem enxergue nesse movimento uma estratégia de pressão do setor empresarial para obter mais ajuda no pacote que é preparado pelo Ministério da Fazenda.

CORREIO DO POVO

Pesquisa mostra o otimismo do brasileiro

Resultados de uma pesquisa feita com 17 países revelaram que o brasileiro está entre os mais otimistas do mundo em relação aos efeitos da crise econômica internacional. O levantamento nos 17

países ouviu 16 mil pessoas entre novembro e dezembro de 2008. No Brasil, foi realizado pelo Ibope com 2 mil entrevistas. Os indianos são os líderes, com 39%, seguidos pelo Brasil, com 34%, e pela China, com 27%.

CORREIO DO POVO

Protestos contra o corte de vagas

São Paulo — Funcionários do segundo turno da General Motors (GM) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, aderiram ao protesto ontem contra as demissões realizadas pela empresa e suspenderam atividades por uma hora. Conforme o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, os trabalhadores pararam a produção onde são fabricados o Corsa e a S-10.

Já em Gravataí, os dirigentes da Oposição Metalúrgica/Conlutas protocolaram na prefeitura um pedido de audiência com a prefeita Rita Sanco. Na discussão estará a instabilidade vivida na área industrial do município. Pelo cálculo da entidade, o setor metalúrgico da região já demitiu mil pessoas desde o ano passado.

CORREIO DO POVO

Uso do FGTS no imóvel se amplia

Rio — Várias ações que o governo está preparando para enfrentar a crise terão foco na baixa renda, afirmou ontem a presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Maria Fernanda Ramos Coelho. A participação da Caixa no pacote se dará na área de habitação.

O valor do imóvel que pode usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a sua compra vai subir. Atualmente, o valor máximo é de R\$ 350 mil e pode passar a R\$ 500 mil. O mesmo aumento, ainda a ser decidido, valerá como limite para a aquisição do imóvel com financiamento habitacional pelos recursos da caderneta de poupança. A presidente da Caixa, no entanto, descartou a possibilidade do uso do FGTS para a compra de um segundo imóvel.

Maria Fernanda informou também que a Caixa estuda permitir que os mutuários com dificuldades para pagar prestações do financiamento habitacional tenham um período de seis meses para que possam ficar sem realizar o pagamento. Uma das medidas estudadas seria o uso de um seguro específico para cobrir essas despesas.

CORREIO DO POVO

Povo palestino é defendido na Esquina Democrática

A defesa do povo palestino e o repúdio à invasão israelense motivaram um ato público, ontem pela manhã, na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre. A iniciativa complementa a retomada do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino – Rio Grande do Sul, que ocorreu na semana passada. O lançamento oficial dos trabalhos do grupo foi realizado em uma reunião, antes do ato, no plenarinho da Assembleia Legislativa, que ficou completamente lotado. O grupo reúne diversas entidades, associações, partidos políticos e a comunidade árabe-palestina, entre outros.

Representantes dos movimentos do interior do Estado também participaram da manifestação.

Depois da reunião, os participantes seguiram para a Esquina Democrática, chamando a atenção da sociedade para a situação atual da Palestina. Os integrantes do comitê também distribuíram material com informações sobre a guerra e a invasão de Israel. 'Queremos denunciar a agressão ao povo palestino e todas as atrocidades que estão sendo cometidas lá', disse a diretora do Centro Brasileiro de Defesa da Soberania dos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), Regina Abrahão. Entre os objetivos do trabalho do comitê estão o fim da agressão do governo de Israel, a imediata retirada das tropas israelenses da Palestina e o término da ocupação do território palestino.

Regina ressaltou que o comitê conseguiu unir diversas frentes e entidades na luta. 'Entidades de estudantes, dos trabalhadores e os partidos políticos estão juntos. Tiramos as bandeiras que estavam prejudicando a unidade e agora a tendência é que as ações avancem a favor do povo palestino', afirmou.

Segundo adiantou Regina, estão previstas reuniões do comitê para o desenvolvimento das ações,

entre elas a apuração dos crimes de guerra que estariam sendo cometidos contra a comunidade palestina. 'Queremos a devida responsabilização por esse conflito', disse.
CORREIO DO POVO

Ulbra paga, e greve pode acabar

Paralisados desde o início da semana, funcionários da Unidade Central da Ulbra Saúde decidem hoje se retornam ao trabalho. Na tarde de ontem, a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) efetuou o pagamento do 13º salário dos trabalhadores. Nos dois dias de interrupção dos serviços, cerca de 4 mil associados deixaram de ser atendidos na unidade do centro da Capital.

Na última segunda-feira, profissionais das áreas da saúde e administrativa paralisaram suas atividades reivindicando pagamento do salário de dezembro, do 13º salário e dos vales-refeição. Mobilizados em frente à sede da Ulbra Saúde, na rua Coronel Vicente, os funcionários foram informados no final da tarde de ontem que o 13º salário havia sido depositado.

'Não temos, ainda, previsão do pagamento do salário de dezembro e dos vales-refeição. Por isso, vamos analisar a volta ao trabalho', disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RS (Sindisaúde), Roberto Menezes.

Em meio à manifestação, três técnicos em Enfermagem do Hospital da Ulbra em Tramandaí chegaram à Unidade Central para realizar exames demissionais, já que foram dispensados na segunda-feira. 'Lideramos as paralisações e agora somos demitidos sem qualquer justificativa', desabafou Paulo Roberto Cardoso, há 5 anos no hospital.

Por meio de sua assessoria, a Ulbra informou que as demissões ocorreram pela queda de 60% do atendimento ante o mesmo período de 2008. Já a direção do hospital disse que a baixa demanda se deve ao fechamento do setor de Traumatologia, por falta de médicos. Quanto às consultas canceladas na Unidade Central da Capital, a Ulbra recomenda que os associados procurem os hospitais que integram a rede da instituição.

CORREIO DO POVO

Abalos no emprego

Com crédito ainda caro e escasso, resfriamento da economia prenuncia impacto relevante no mercado de trabalho

A DETERIORAÇÃO das perspectivas de crescimento global, a continuidade das perdas nas operações de crédito e a desvalorização dos ativos financeiros e imobiliários dificultam a retomada dos empréstimos no mundo todo. Os custos de captação de dinheiro de grandes instituições financeiras continuam proibitivos. Algumas só obtêm recursos com o apoio dos governos.

Nesse contexto, bancos internacionais voltaram a ofertar linhas de crédito às exportações brasileiras, consideradas de baixo risco. Porém as taxas de juros dobraram, e os prazos encolheram. Se empresas grandes têm sofrido com o estrangulamento de crédito, que dirá as companhias de médio porte que operam no mercado internacional.

O Banco Central fez leilões de linhas externas com lastro em Adiantamentos de Contrato de Câmbio. Ofereceu US\$ 7,6 bilhões para apoiar as atividades exportadoras, durante os últimos meses de 2008. Novas operações do Banco Central são necessárias, sobretudo para auxiliar na formação das taxas de juros e nos prazos das operações.

No âmbito interno, a crise também se agrava, o que vai descortinando uma nova etapa para as políticas antirrecessivas. O emprego na indústria caiu 0,6% em novembro, na comparação com o mês anterior, que já havia registrado baixa (0,2%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A despeito de relativamente modesta, a queda no emprego tende a se agravar. Em geral, há uma defasagem entre o comportamento do mercado de trabalho e a evolução da atividade produtiva. Ou seja, o desalento nas linhas de montagem vai demorar algum tempo para refletir-se completamente no emprego.

Nos meses de outubro e novembro, a produção industrial caiu quase 8%, mas o volume de emprego industrial recuou 0,8%. Cautelosas, as empresas primeiro deram férias coletivas a seus funcionários,

mas agora algumas já começam a demitir.

Infelizmente, portanto, é de esperar aumento no desemprego nos próximos meses -razão suficiente para elaborar e implementar, já, medidas que inibam seus efeitos nocivos.

Uma opção é ampliar o prazo de pagamento do seguro-desemprego, embora a medida abranja apenas o setor formal. Atualmente, o beneficiário pode receber no máximo cinco parcelas. A desoneração tributária sobre a folha de pagamentos também estimularia a manutenção de postos de trabalho neste ambiente.

Seria importante, de outro lado, promover reduções expressivas nos juros básicos e, sobretudo, nas taxas cobradas ao tomador final. Os grandes bancos aumentaram suas margens nos empréstimos durante a crise; inclusive os estatais, que, até para justificar sua razão de existir, deveriam fazer o contrário.

FOLHA DE SP

Câmara recua sobre benefícios a servidores

Adicional de especialização, que custaria R\$ 48 mi, e ampliação do plano de saúde para comissionados da Casa foram suspensas

Após desistir de ampliar os planos, Chinaglia diz que decisão será tomada quando o Sindilegis apresentar uma proposta concreta à Mesa

MARIA CLARA CABRAL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em reunião convocada às pressas pelo presidente Arlindo Chinaglia (PT-SP), os integrantes da Mesa Diretora da Câmara decidiram ontem recuar das decisões polêmicas tomadas na semana passada, anulando o pagamento do adicional de especialização aos servidores e a ampliação imediata dos planos de saúde para 12 mil funcionários comissionados da Casa.

O adicional de especialização atingiria 3,5 mil servidores na ativa com um impacto de cerca de R\$ 48 milhões ao ano. Funcionários com qualificações e também com cargos de chefia seriam beneficiados. Segundo Chinaglia, o recuo aconteceu porque antes mesmo do pagamento, entidades e funcionários anunciaram que iriam à Justiça contra a Casa pelo pagamento retroativo a janeiro de 2007 do benefício.

Sobre o recuo da ampliação dos planos de saúde, o presidente da Câmara argumentou que uma nova decisão só será tomada quando o Sindilegis (sindicato dos servidores), que passaria a gerir os novos planos, apresentar uma proposta concreta sobre o assunto.

Na reunião da semana passada, deputados da Mesa vincularam a concessão do adicional de especialização à extensão dos planos. A intenção de Chinaglia, que está prestes a deixar a presidência da Câmara, era deixar o cargo com uma medida popular e moralizadora.

Na ocasião, ele tentou acabar com o ressarcimento médico que deputados têm direito atualmente. Sem apoio dos demais deputados, a Mesa então optou pela mudança nos planos dos servidores. O que deveria ser uma atitude para fechar o mandato "com chave de ouro", na verdade foi um tiro no pé.

Em recesso parlamentar, a tentativa gerou críticas. Os servidores que já são beneficiados pelo plano de saúde reclamaram que a extensão resultaria em queda de qualidade e aumento dos preços.

Alegaram que houve a tentativa de direcionamento por parte do sindicato para que a Amil fosse escolhida para prestar os serviços.

Ontem, antes de saber do recuo da Câmara, o Sindilegis aprovou, em assembleia, um pedido pela saída do presidente Magno Mello e de toda a diretoria do sindicato "pelas péssimas" negociações feitas com a Casa. Mello chegou a anunciar a renúncia, mas voltou atrás.

Atualmente, a Câmara gasta cerca de R\$ 51 milhões com a saúde de seus funcionários, sendo R\$ 43 milhões destinados ao Pro-Saúde, que é gerido pela Caixa Econômica Federal e que atende concursados, familiares e alguns deputados.

Pela proposta aprovada na semana passada pela Mesa, outros 12 mil funcionários teriam acesso a um plano, que passaria a ser gerido por uma empresa privada a ser escolhida sem licitação pelo Sindilegis. O sindicato alegou que, apesar da ampliação do atendimento, os custos para a Casa

seriam os mesmos dos atuais R\$ 43 milhões.

Chinaglia disse que pretende incorporar os 12 mil comissionados, mas antes quer sanar dúvidas. Ontem, ele enviou um pedido de explicação à Agência Nacional de Saúde sobre o funcionamento do modelo de plano adotado pela Casa. "O Pro-Saúde tem um fundo de R\$ 21 milhões acumulados em 15 anos. A Caixa não pode administrar R\$ 43 milhões apenas para os efetivos. É fundamental que os comissionados também tenham esse direito, e por isso eu tinha o direito de recuar".

Procurada, a Caixa não se pronunciou, alegando que não recebeu questionamento oficial sobre o Pro-Saúde.

FOLHA DE SP

Mortos em Gaza são sobretudo crianças, idosos e mulheres

DA REDAÇÃO

Após 18 dias de ofensiva israelense, mais da metade dos mortos na faixa de Gaza é de mulheres, crianças e idosos.

É o que aponta o balanço das vítimas divulgado ontem pelo chefe dos serviços de emergência em Gaza, Muawiya Hassanein. O número de mortos chegou ao menos a 935 -com 280 crianças, 92 idosos (de ambos os sexos) e outras 97 mulheres.

Segundo os dados, a soma de crianças, mulheres e idosos mortos atingiu 469, o que corresponde a 50,16% das mortes computadas. Hassanein disse haver também 4.200 feridos.

A situação foi qualificada ontem pela UNWRA (agência da ONU para refugiados palestinos) como "cada vez mais frustrante". John Ging, diretor de operações da entidade em Gaza, disse que a "chave do problema" é a imediata suspensão dos combates e apelou: "Pouco importa se for um cessar-fogo formal ou informal".

A Cruz Vermelha fez eco às reclamações. Em um comunicado conjunto com o Crescente Vermelho -equivalente islâmico da entidade sediada na Suíça-, registrou que "numerosos feridos estão privados de assistência porque são incapazes de se deslocarem por conta própria aos hospitais". "É absolutamente necessário e inegociável que as equipes médicas sejam protegidas", afirmou ontem Jakob Kellenberger, presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, depois de ter visitado Gaza, onde a escassez atinge até os espaços para enterrar os mortos -placas com a inscrição "cemitério lotado" alertam os familiares a buscarem outros locais para sepultamentos.

Apesar de ter qualificado como "muito doloroso" o cenário que ele viu, sua entidade alegou não ter provas do uso ilegal de fósforo branco pelas forças invasoras. O emprego do agente foi denunciado pela ONG Human Rights Watch e por médicos de Gaza e é autorizado para iluminação ou camuflagem -mas não como munição, por produzir severas queimaduras.

Evidenciada por imagens de colunas de fumaça branca exibidas desde a invasão terrestre da faixa de Gaza, a utilização de fósforo branco não foi reportada por jornalistas que, pela primeira vez, tiveram acesso à região "embutidos" nas tropas israelenses.

Os relatos do jornal "Haaretz" e da Reuters foram feitos de um ponto distante do centro da ação. Mas trouxeram detalhes de dias anteriores da operação, como a destruição de um túnel, que soterrou três militantes do Hamas. Já a agência Associated Press disse ter ouvido de um piloto de helicóptero, o capitão Orr, que ele desviou o rumo de mísseis em missões para preservar a vida de civis.

FOLHA DE SP

Crise reduz emprego e renda na indústria

Setor registrou em novembro a maior queda no nível de vagas desde 2003, aponta IBGE; ministro prevê dezembro pior

Para economista, indicador deu "sinais muito rápidos" de piora; setores que empregam mais e exportadores lideram corte de postos de trabalho

PEDRO SOARES

DA SUCURSAL DO RIO

Afetado pela crise, o emprego na indústria não resistiu a dois meses consecutivos de queda na

produção: cedeu 0,6% de outubro para novembro na série livre de influências sazonais, segundo o IBGE. Foi o pior desempenho desde outubro de 2003 (-0,7%), quando o país estava em recessão. Em outubro, o indicador havia recuado apenas 0,1%, variação tida como estável pelo IBGE.

Na comparação com novembro de 2007, o nível de ocupação da indústria ainda registrou expansão -de 0,4%- , mas já mostra sinais claros de desaceleração. Em outubro, a alta havia sido de 1,6%. Até setembro, oscilou na faixa de 2,2% a 3,5%. Para essa pesquisa, realizada diretamente com as empresas, o IBGE não divulga números absolutos de empregos.

"O efeito da crise financeira internacional já chegou às variáveis do mercado de trabalho, após dois meses seguidos de recuo da produção industrial", afirma Denise Cordovil, economista da Coordenação de Indústria do IBGE.

Além do emprego, a renda também sofreu os reflexos da crise. A folha de pagamento do setor caiu 2,7% em novembro na comparação com outubro.

No acumulado de janeiro a novembro, o emprego ainda registra expansão -de 2,4%. A folha de pagamento também se manteve em alta -6,3%. Ambos os indicadores mostraram, porém, uma tendência de arrefecimento no final do ano.

Segundo Cordovil, o mercado de trabalho na indústria sofre com os efeitos da seca do crédito, da retração das exportações e da freada no nível de confiança de empresários e consumidores. Tal cenário rebateu nas fábricas. Em apenas dois meses, a indústria viu seu nível de produção cair 7,8% -5,2% em novembro e 2,8% em outubro, na taxa livre de influências sazonais.

Para Rogério Souza, economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria), o emprego respondeu negativamente à retração da produção com uma defasagem temporal muito pequena, menor do que o habitual.

Bastou apenas um mês de aprofundamento da crise global, diz, para o mercado de trabalho se deteriorar. O economista prevê ainda novas quedas no nível de emprego tanto em dezembro quando no primeiro trimestre de 2009. "Há muito tempo a indústria não convivia com problema de emprego, como se configura agora por causa da crise", afirma Souza.

Para Fábio Romão, da LCA, o emprego na indústria deu "sinais muito rápidos" de piora, tendência que se manterá ao longo de todo o primeiro trimestre. Uma recuperação gradual, de acordo com ele, só terá início no segundo trimestre, mas com maior intensidade no segundo trimestre.

Romão avalia que a folha de pagamento sofrerá menos do que o emprego com a contração do mercado de trabalho neste ano. Segundo ele, haverá o impacto positivo do reajuste real do salário mínimo neste ano, indexador principalmente dos salários mais baixos e do mercado informal. Pelos dados do IBGE, setores tipicamente exportadores, na maioria dos casos, e intensivos em mão-de-obra sentiram mais os efeitos do recuo do emprego. É o caso de vestuário (queda de 9,8% ante novembro de 2007), calçados (-8,2%) e madeira (-9,9%), que exerceram as maiores pressões.

Dezembro pior

O ministro Carlos Lupi (Trabalho) disse que não se surpreendeu com a queda no emprego industrial. "Em dezembro, já tem uma queda grande, normal, por causa do final dos contratos temporários e prevíamos que ia aumentar. Deve ser um número bem maior do que habitualmente é", afirmou. "Já era previsível que essa crise começasse a afetar a área de empregabilidade de uma maneira mais forte em dezembro."

Para ele, janeiro e fevereiro normalmente não são meses de grande empregabilidade. "Teremos janeiro e fevereiro fracos e março voltando a ter crescimento da empregabilidade por causa do fortalecimento da economia brasileira", disse.

FOLHA DE SP

[Paralisações e férias coletivas afetam número de horas pagas](#)

DA SUCURSAL DO RIO

Sob o impacto da concessão de férias coletivas não-programadas em vários setores, o número de horas pagas destinadas à produção da indústria caiu 1,7% em novembro na comparação livre de influências sazonais com outubro.

Trata-se da maior retração da série histórica da pesquisa do IBGE, iniciada em 2001. Em outubro, o

indicador já havia registrado queda, de 0,3%.

De acordo com Fábio Romão, especialista em mercado de trabalho da LCA Consultores, tais resultados sinalizam um forte esforço das companhias para reduzir estoques -elevados desde o recrudescimento da crise, em setembro, por causa da freada do consumo.

O fraco desempenho, segundo ele, aponta ainda para futuras demissões. Se o ajuste nos estoques não tiver sido suficiente, afirma Romão, o próximo passo será demitir -decisão já tomada por empresas de diversos setores.

Segundo o IBGE, "as paralisações da produção e as férias coletivas não-planejadas, que marcaram o setor industrial desde outubro, estão na base da variação negativa recorde" do total de horas pagas. Para Denise Cordovil, do IBGE, as horas pagas são a variável do mercado de trabalho industrial que acompanha mais de perto a evolução da produção das fábricas. É que as companhias sempre tentam, primeiro, cortar horas extras antes de iniciar as demissões.

FOLHA DE SP

Força crítica GM por demitir após ajuda do governo

VERENA FORNETTI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Força Sindical criticou a GM, que, apesar dos benefícios fiscais recebidos em dezembro, demitiu 744 funcionários temporários em São José dos Campos (SP). A central também criticou o governo por adotar medidas de estímulo a diversos setores sem exigir garantia de manutenção dos empregos.

"O governo chamou só os empresários para negociar, fez um acordo só com eles e não pediu contrapartida para os trabalhadores", disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força.

Em reunião entre empresários e sindicalistas para discutir alternativas às demissões, o líder da central e Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), cobraram a redução da taxa básica de juros na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central).

Skaf pediu redução dos "spreads" bancários e afirmou que os bancos públicos têm de dar o exemplo de baixar taxas. "Spread" é a diferença entre o custo de captação dos recursos e o cobrado pelo banco ao emprestar.

"Sabemos que há uma crise internacional, mas também há uma crise brasileira. Os juros agravam a situação e, apesar da pressão da sociedade, temos sentido resistência para reduzi-los", disse o presidente da federação.

A Fiesp e a Força Sindical iniciaram uma rodada de negociações na semana passada para elaborar modelos de acordos que podem ser adotados pelas empresas como alternativa às demissões. Entre as flexibilizações previstas na legislação, estão a redução da jornada de trabalho com diminuição de salário, banco de horas e Bolsa-Qualificação (suspensão do trabalho por até cinco meses com treinamento do trabalhador durante o período).

O presidente da Fiesp afirmou que o Senai-SP ampliará a oferta de cursos profissionalizantes para ocupar parte da carga horária do funcionário em caso de redução de jornada. Segundo Skaf, a entidade pode abrir até 400 mil vagas nas fábricas ou em cursos a distância, sem custo para as empresas.

FOLHA DE SP

Estabilidade do trabalhador poderá ser ampliada

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou ontem que levará à próxima reunião do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) a proposta de ampliar o período de estabilidade do trabalhador na empresa após usufruir da Bolsa-Qualificação -suspensão temporária do contrato de trabalho. O novo prazo pode chegar a dez meses.

A medida será discutida de forma casada com a prorrogação do número de parcelas do seguro-desemprego para até dez meses, de acordo com o Ministério do Trabalho.

"Queremos que a estabilidade, que hoje a lei define que é de apenas três meses, seja ampliada para o tempo de duração da bolsa. Se for cinco meses, a estabilidade será de cinco meses", disse Lupi pouco antes de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar de medidas antidesemprego.

Como a Bolsa-Qualificação é uma modalidade do seguro-desemprego, a ampliação do benefício consequentemente elevaria a estabilidade do trabalhador para até dez meses.

A ampliação das mensalidades do seguro-desemprego é uma reivindicação das centrais sindicais. Hoje, a legislação prevê o pagamento de três a cinco parcelas e permite a ampliação para até sete meses desde que seja verificado um comportamento anormal do nível de emprego em um setor.

O secretário de Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo, Guilherme Afif Domingo, também encaminhou ao governo a ampliação do prazo, mas exclusivamente para a Bolsa-Qualificação - também conhecida como "lay off". Com base em um estudo elaborado pela Fipe, ele pediu ao governo federal a adoção do "lay off" por um prazo de dez meses.

Para ampliar as parcelas para dez meses, no entanto, mais do que a aprovação do Codefat, o governo precisa inicialmente mudar a lei do seguro-desemprego no Congresso -o que pode ser feito por projeto de lei ou via medida provisória.

Lupi reafirmou que as mudanças na Bolsa-Qualificação buscam criar critérios para a concessão do benefício, evitando abusos por parte das empresas. Apesar de ter sido criado em 1999, o benefício não tem regras claras para aplicação.

"A empresa não paga salário, não paga os encargos e depois demite o trabalhador após três meses", declarou, acrescentando que o governo também definirá normas para a realização dos cursos de qualificação.

Para este ano, o governo conta com um "colchão" de R\$ 1,1 bilhão para pagar parcelas adicionais de seguro-desemprego a até 1 milhão de trabalhadores. O ministério já criou um mecanismo para monitorar o nível de desemprego para detectar movimentos do mercado de trabalho mais rapidamente.

FOLHA DE SP

Votorantim Metais dá férias coletivas em MG

DA AGÊNCIA FOLHA

Maior produtora de zinco da América Latina, a Votorantim Metais anunciou férias coletivas a funcionários das unidades de Juiz de Fora e Morro Agudo-Paracatu (MG), sem informar a quantidade.

Em comunicado, a empresa declarou que, "está promovendo férias coletivas nas unidades de Juiz de Fora, de 19 a 28 de janeiro, e de Morro Agudo-Paracatu, de 20 de janeiro a 18 de fevereiro".

Por causa dos impactos da desaceleração da economia, a empresa informou que "está adotando medidas de adequação do nível de produção e ajustes nos custos".

FOLHA DE SP

Volkswagen e Arcelor Mittal anunciam adoção de PDV

DA SUCURSAL DO RIO

DA "AGORA"

A unida da Volkswagen no ABC Paulista e a siderúrgica Arcelor Mittal Brasil anunciaram, ontem, a adoção de PDV (Programa de Desligamento Voluntário).

Na Arcelor Mittal, o PDV envolve empregados do setor corporativo da Arcelor Mittal Brasil e da Arcelor Mittal Aços Longos (antiga Belgo Mineira). A iniciativa envolve ainda a antecipação voluntária de aposentadorias. A companhia diz que as medidas são uma forma de equilibrar o descompasso entre oferta e demanda.

Na Arcelor Mittal Aços Longos, os funcionários retornaram das férias coletivas no início do mês.

Na Arcelor Mittal Juiz de Fora, com 1.100 empregados, 800 deles também voltaram das férias.

Na Volkswagen, o PDV contempla até 250 trabalhadores, número máximo que pode aderir ao plano.

O PDV é direcionado aos trabalhadores com doenças ocupacionais. A montadora, que fica em Santo André (Grande São Paulo), tem onze mil funcionários.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o PDV era uma reivindicação antiga dos trabalhadores. "O valor que o trabalhador vai receber depende do tempo de serviço. Ele deve multiplicar o número de anos trabalhados por 2,2 salários para saber o valor total", diz Francisco Duarte de Lima, o Alemão, diretor do sindicato.

FOLHA DE SP

Funcionários da GM exigem recontração de demitidos

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Funcionários da fábrica da GM de São José dos Campos (91 km de São Paulo), no Vale do Paraíba, fizeram ontem duas paralisações, de uma hora cada, em protesto contra a demissão de 744 trabalhadores da unidade no dia anterior.

As paralisações aconteceram entre 5h50 e 6h50 e, depois, entre as 14h30 e as 15h30, respectivamente o horário de entrada do primeiro e do segundo turno da fábrica. Durante as paradas, o Sindicato dos Metalúrgicos realizou assembleias.

Nas reuniões foi decidida a mobilização dos trabalhadores para exigir que a montadora recontrate os demitidos. Ontem, sindicalistas participaram de uma reunião na Prefeitura de São José dos Campos. Até a conclusão dessa edição, a reunião não havia acabado.

O corte da GM foi o primeiro entre as montadoras após o agravamento da crise. A empresa disse, em nota, que a medida acontece "em decorrência da diminuição da atividade industrial em geral e, particularmente, no setor automobilístico".

Por serem trabalhadores contratados por prazo determinado, os demitidos não terão direito à multa de 40%, aviso prévio ou seguro-desemprego. Vão receber férias, 13º salário e um valor que equivale a 50% do total de salários até o fim do contrato. (FÁBIO AMATO)

FOLHA DE SP

Governo estuda seguro para garantir casa a desempregado

Trabalhador não teria imóvel retomado em caso de perda do emprego por até 6 meses

Hoje, banco pode retomar bem se houver atraso por três meses; quem não usar recurso teria compensação no término do período

CIRILO JUNIOR

DA FOLHA ONLINE, NO RIO

O governo estuda a criação de um fundo garantidor para quem tiver financiamento da casa própria e ficar desempregado. Uma das discussões em torno do fundo envolve o prazo que o seguro cobriria. A presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, deu como exemplo um trabalhador que fique por até seis meses sem renda. Hoje, a Caixa pode retomar o imóvel caso as prestações deixem de ser pagas durante três meses.

A executiva destacou ontem que um dos objetivos do Plan- Hab (Plano Nacional de Habitação), que está sendo fechado pelo governo, é criar mecanismos que garantam que o trabalhador não perca seu imóvel, mesmo que fique desempregado por um período.

"A discussão que está havendo é a criação de alguns mecanismos que garantam, em caso de o cidadão ficar uma parte do período de seu financiamento sem uma renda estável, que ele tenha condições de continuar com o financiamento", afirmou, antes de participar de cerimônia de homenagem da Caixa aos 72 anos do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio.

Classificado por Coelho de seguro-fundo, ele permitiria ainda, ao mutuário que não precisou fazer uso desse recurso que houvesse uma compensação no final do período. A forma como essa compensação seria feita é que é alvo de discussões entre representantes dos ministérios da Fazenda e das Cidades e da Caixa.

"A lógica é que, se o cidadão utiliza [o seguro], fica por isso. Se não utilizou, retorna como benefício para o contrato."

A presidente da Caixa confirmou que está em avaliação a elevação do teto do valor do imóvel

financiado pelo FGTS, conforme a Folha antecipou no último domingo. Atualmente, o valor máximo é de R\$ 350 mil, e está em estudo elevar esse teto para R\$ 500 mil.

"A gente está buscando um valor que equalize a necessidade do cidadão que precisa do financiamento com a saúde financeira do fundo."

Ela descartou a possibilidade do uso do FGTS para a compra de um segundo imóvel. Coelho disse que a medida não está em estudo dentro do pacote que o governo pretende lançar para fomentar o mercado de habitação no país. Acrescentou que o foco do plano será a população de baixa renda.

Crédito a empresas

Quanto ao volume de crédito que será direcionado para empresas neste ano, Coelho disse esperar repetir o incremento de 30% observado no ano passado. Isso resultou, segundo ela, em R\$ 36 bilhões creditados para pequenas, médias e grandes empresas, dos quais R\$ 3,6 bilhões para a Petrobras.

Ela ressaltou que foi o melhor resultado registrado pelo banco em relação especificamente ao crédito a empresas. Ela assegurou que recursos não serão problema para empréstimos às empresas.

"Temos recursos para micro, médias e grandes. Estamos fazendo diversas operações e isso tem sido importante. Como houve escassez por parte de outras instituições privadas, a Caixa na verdade, exerceu o seu papel, de banco público, e que vem exatamente atender a essas empresas."

FOLHA DE SP

Queda do emprego na indústria é reflexo da crise internacional, avalia IBGE

A queda de 0,6% registrada em novembro no nível de emprego na atividade fabril reflete o menor dinamismo que atingiu a produção industrial no Brasil a partir de outubro. A avaliação é do economista coordenador de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) André Macedo. Segundo ele, esse movimento ocorre em consequência do agravamento da crise financeira internacional que dá sinais de estar atingindo a atividade.

O resultado da Pesquisa Mensal de Emprego e Salários, divulgada hoje (13) pelo IBGE mostra que em novembro o emprego na indústria teve o pior desempenho desde outubro de 2003, quando houve queda de 0,7%.

De acordo com Macedo, o desempenho foi prejudicado por paradas técnicas não planejadas e férias coletivas concedidas nesse período.

"Esses fatores já haviam afetado a produção industrial nos meses de outubro e novembro e agora se refletem nas variáveis do mercado de trabalho. Sempre que ocorre um menor dinamismo na atividade produtiva ocorrem reflexos num primeiro momento no número de horas pagas e em seguida no pessoal ocupado na atividade", afirmou.

De acordo com a pesquisa do IBGE, em novembro as horas pagas registraram queda de 1,7%, a maior retração já observada desde o início da série, em janeiro de 2001. O levantamento mostra, ainda, que o valor da folha de pagamento do pessoal ocupado na atividade encolheu 2,7% frente a outubro. (Com agências)

SITE DO DIAP

Lupi quer manutenção de emprego em empresas que receberem recursos do FGTS e FAT

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou hoje (13) que o governo estuda adotar medidas para que as empresas que tomarem financiamentos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) dêem contrapartidas sociais, como a manutenção dos empregos. As que não cumprirem essa exigência podem ser vetadas em novos empréstimos.

Ao comentar os dados divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou redução de 0,6% no nível de emprego na indústria em novembro de 2008, o ministro ressaltou a importância de as empresas darem garantias de contrapartidas pela utilização de recursos públicos para investimentos.

"Não pode o governo brasileiro investir bilhões, colocar dinheiro público para ajudar as empresas a saírem de dificuldades e elas continuarem demitindo. Ou essas empresas assumem o compromisso de não demitir ou o governo terá que refazer as linhas de financiamento", disse Lupi.

O ministro disse que ainda hoje deve se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir a adoção de novas medidas para reduzir os efeitos da crise no mercado de trabalho.

"Termos várias sugestões, como a extinção de horas extras, adoções de medidas sociais, isso é fundamental. Já montamos um conselho que vai acompanhar todos os investimentos do FGTS e do FAT para exigir deles a garantia do emprego".

Segundo o ministro, é preciso ter "muita tranquilidade para que qualquer atitude governamental vise incentivar e garantir o emprego e o crescimento da economia."

Lupi afirmou que a queda do número de empregos já era esperada desde outubro. E que a expectativa é de que a redução dos postos de trabalho continue em janeiro e fevereiro e volte a crescer em março.

"Isso já era previsível, desde outubro nós temos alertado que essa questão da crise internacional ia ter uma repercussão maior no Brasil no final do ano. Em dezembro já há uma queda grande normal devido ao fim dos contratos temporários e já prevíamos que ia aumentar. Não temos números fechados, mas deve ser bem maior que o habitualmente é", antecipou Lupi.

"Teremos janeiro e fevereiro fracos em relação ao emprego e março voltando a ter o fortalecimento da empregabilidade, conseqüentemente pelo fortalecimento da economia", ponderou.

O ministro acredita que as medidas anunciadas pelo governo para enfrentar a crise devem surtir efeito a partir de março. "As várias decisões que o governo tomou no sentido de diminuir o impacto dessa falta de crédito, com a retirada de alguns impostos, incentivos fiscais para alguns setores, começarão a repercutir em março. Até porque janeiro e fevereiro não são meses de grandes lançamentos da construção civil e é período de férias".

O ministro cobrou das empresas que agora, no período de crise, não "culpem" o trabalhador por uma responsabilidade que não é deles. "Na hora da bonança, em que os lucros estavam grandiosos para todos, não chamaram os trabalhadores para dividir os lucros. Na hora em que a economia tem algum tipo de crise, a primeira coisa que alguns empresários fazem, de uma maneira completamente insensível e irracional, é demitir". (Fonte: Agência Brasil)

Líder indígena é assassinada em fazenda sob demarcação em Diamantino, MT

A líder indígena parsi Valmireide Zoromará, 42, foi assassinada na sexta-feira na fazenda Boa Sorte, em Diamantino (207 km de Cuiabá). O gerente da propriedade, Ismael Rosa Lima, 39, confessou ontem o crime, segundo seu advogado, e está preso.

A notícia é de Pablo Solano e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 14-01-2009.

A fazenda está localizada em uma área em processo de demarcação de terra indígena, afirma o representante da Funai em Tangará da Serra, Carlos Bastos.

Os disparos que mataram a índia foram feitos por volta das 22 horas, de acordo com o delegado da Polícia Civil Daniel Lemos Valente. A índia e outras 12 pessoas foram à área para pescar. O marido dela foi ferido e está internado em estado grave.

O gerente, por meio do seu advogado, disse que atirou em legítima defesa, após os índios efetuarem disparos.

Ontem, cerca de cem índios, segundo a Funai, invadiu a fazenda e montou um acampamento no local em protesto à morte da índia.

Em 2008, pelo menos 53 indígenas foram assassinados no Brasil

Pelo menos 53 indígenas foram assassinados em nove estados do Brasil durante o ano de 2008, segundo levantamento preliminar do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Apenas no Mato Grosso do Sul foram 40 casos. Neste estado também se registrou 34 suicídios de indígenas, um crescimento de mais 50% em relação a 2007, quando foram registrados 22 casos.

A notícia é do sítio do [Cimi](#), 13-01-2009.

Em comparação com 2007, quando foram registrados 92 assassinatos de indígenas, o número de casos identificados em 2008 é cerca de 40% menor. No Mato Grosso do Sul, o número de assassinatos registrados em 2008 (40) é quase 10% menor que o número de casos de 2007 (53). Em maio, o Cimi divulgará o Relatório com dados sobre as violações dos direitos indígenas em 2008. O relatório trará números sobre ameaças, tentativas de assassinato, mortes por desassistência (suicídio, falta de atendimento médico...), invasões de terras indígenas, entre outros. O levantamento é baseado em informações de comunidades indígenas e no acompanhamento de jornais de todo o país.

O Cimi segue alertando para a grave situação do povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Entre assassinatos e suicídios, foram 74 casos em 2008 e 75 casos em 2007, numa população de cerca de 40 mil pessoas. A falta de terra e o confinamento em pequenas aldeias são as principais razões, na avaliação do Cimi, para a constante ameaça à sobrevivência física e cultural deste povo. Há anos, o Cimi e diversos indigenistas alertam que os Guarani Kaiowá são vítimas de genocídio. Em 2008, os políticos de Mato Grosso do Sul e os latifundiários do estado fizeram forte pressão contra o início de estudos antropológicos para identificação de terras para os Guarani Kaiowá. O Governo Federal tem cedido à parte das pressões, o que retarda o andamento dos estudos.

O segundo estado com o maior número de registros foi Minas Gerais, com 4 indígenas assassinados, dentre estes, um apoiador campanha que reelegera José Nunes de Oliveira, do povo Xakriabá, para prefeito de São João das Missões. Também no contexto eleitoral foi assassinado Mozeni Araújo de Sá, liderança do povo Truká, candidato a vereador em Cabrobó (Pernambuco).

Agressão e omissão do Estado
Além dos assassinatos, em 2008, aconteceram graves casos de agressões aos povos indígenas em todo o país. O preconceito, a disputa por terra para o agronegócio (cana-de-açúcar, soja, eucalipto...) e hidronegócio são as causas dessas agressões, em que, algumas vezes, o Estado, por meio da polícia, é o agressor.

No sul da Bahia, entre os dias 20 e 23 de outubro, uma operação da Polícia Federal, em diversas aldeias, feriu mais de 20 pessoas do povo Tupinambá. Um helicóptero, um carro com caixões e mais de 25 viaturas foram usadas na ação.

No Maranhão, foram registrados dois assassinatos. Um deles foi de uma criança Guajajara de 6 anos que assistia TV com a família, quando o assassino passou por uma rodovia ao lado da aldeia e atirou a esmo para a casa onde a menina estava. São constantes os casos de agressão da população de Arame, Grajaú e outras cidades contra os Guajajara que vivem nessa região. Em 2008, houve uma invasão de madeireiros à terra indígena Araribóia e dois atentados a bala contra pessoas do povo Guajajara, num destes um casal ficou ferido.

Em Roraima, os indígenas também sofreram atentados, em função do acirramento da disputa pela terra indígena Raposa Serra do Sol. Em maio, empregados do arrozeiro Paulo Cesar Quartiero atiraram e lançaram bombas contra indígenas que construíam barracões dentro da terra. Na ocasião, 10 indígenas foram feridos e o líder dos arrozeiros passou alguns dias presos.

Preconceito

Além das agressões que resultam em danos físicos, o ano de 2008 ficou marcado pela intensa campanha racista contra os povos indígenas nos principais meios de comunicação do país. Os processos judiciais em torno das terras Raposa Serra do Sol (RR) e dos Pataxó Hã Hã Hãe (BA), a luta por melhoria na saúde indígena e a perspectiva de se conseguir a identificação de terras para os Guarani Kaiowá foram os assuntos usados para que o racismo tivesse voz no país.

Trabalhadores e patrões selam acordo para conter demissões em massa na crise

Reunidos ontem com representantes da indústria, do comércio e da agricultura de São Paulo, os trabalhadores do estado selaram um amplo acordo que inclui a redução de direitos trabalhistas para evitar demissões em massa. Os detalhes do entendimento, que serão diferenciados por setor de atividade e categoria, serão fechados até quarta-feira da próxima semana e a negociação vai envolver dirigentes das federações das Indústrias (Fiesp), do comércio (Fecomércio) e da

agricultura (Faesp), do lado dos empresários, e dirigentes da Força Sindical e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representando seis milhões de trabalhadores. O acordo, segundo especialistas, é único na história recente do país.

A reportagem é de Adauri Antunes Barbosa, Cássia Almeida e Henrique Gomes Batista e publicada pelo jornal O Globo, 14-01-2009.

A redução de jornada de trabalho e de salários é o principal ponto de discussão. Patrões e empregados pretendem negociar também a suspensão do contrato de trabalho (permitida hoje por cinco meses), férias coletivas e banco de horas. Na quinta-feira da semana que vem, o texto do acordo será apresentado como sugestão para que empresas e sindicatos das bases firmem os entendimentos por categoria.

A proposta negociada entre empresários paulistas e a Força Sindical, no entanto, divide os sindicalistas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que representa 4,8 milhões de trabalhadores em São Paulo, se recusou a participar da reunião de ontem na sede da Fiesp porque quer negociar “a partir de outras premissas”, afirmando que não aceita discutir uma “agenda negativa” que parta da redução de salários.

— Nós estamos propondo aos empresários de São Paulo discutir todas as alternativas que estão na legislação, desde férias coletivas, a licença remunerada, banco de horas, suspensão do contrato de trabalho e até a redução da jornada com redução de salário desde que, em troca disso, se garanta o emprego dos trabalhadores nesse momento de crise — explicou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

CUT não aprova entendimento

O presidente da CUT, Artur Henrique, diz que o processo de negociação “é necessário”, mas ele argumenta que há impacto diferente da crise em cada empresa ou setor da economia. Isso daria oportunidade para que, dentro de um “acordo guardachuva”, entendimentos desnecessários sejam propostos, nos quais trabalhadores levariam desvantagem, por exemplo, no caso dos bancos:

— Estamos dispostos a negociar a partir da premissa da garantia do emprego. Não vamos participar de reunião que tem como ponto de partida redução de salários atrelada à redução da jornada, suspensão de contratos e flexibilização de direitos.

Para o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o desemprego vai subir em dezembro contra o mês anterior e é o fato mais grave dessa crise e “a maior preocupação”, daí a necessidade de minimizar o risco das demissões:

— Nós não precisamos esperar o resultado. Uma das medidas eficazes, que já estão na lei, não depende de legislação, de flexibilização nem nada: seria a redução de jornada com redução de salário. E nós estamos oferecendo, para o tempo ocioso desses trabalhadores que fizeram o acordo de redução de jornada agora, oportunidade de cursos profissionalizantes gratuitos, através do Senai, do Senac e do Senar.

Segundo João Guilherme Vargas Neto, consultor sindical, este acordo é inédito. Algo semelhante, sem essa dimensão, foi acertado em novembro de 2001. À época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, ligado à CUT, Luiz Marinho foi à Alemanha negociar a suspensão de 3.075 demissões na fábrica da Volks em São Bernardo do Campo, admitindo a redução do salário e da jornada em 15%. Mais tarde, em 2005, veio à tona um escândalo envolvendo pagamento de prostitutas pela montadora durante a visita dos sindicalistas.

A crise como possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento

“Não podemos permitir que haja “um cristianismo sem inferno” para os especuladores, nem que filiais estrangeiras que se nutrem no mercado interno brasileiro façam movimentações especulativas de capitais; não podemos, sob hipótese nenhuma, permitir um ataque especulativo ao real após a destruição de nossas reservas internacionais”, escreve Carlos Lessa, professor-titular de economia brasileira da UFRJ, em artigo publicado no jornal Valor, 14-01-2009. Segundo ele, “ao neopopulismo já executado com algum êxito, o presidente Lula dispõe da potencialidade do Brasil emergente em um projeto nacional de desenvolvimento que preserve e construa salvaguardas de uma crise mundial que, além de severa, irá reestruturar o grande jogo internacional”.

Eis o artigo.

No início do milênio era majoritária, no Brasil, a percepção de que o modelo de desenvolvimento estava esgotado. Mudança era a palavra síntese das aspirações brasileiras ao bem-estar, à civilização e a uma sociedade que expurgasse os vestígios históricos inconvenientes.

Creio que o presidente Lula foi fiel a uma diretiva que, à falta de outro nome, chamarei neopopulista. Instituiu o programa Bolsa Família, que hoje beneficia mais de 11 milhões de famílias (há um saldo de duas a três milhões de famílias a serem incorporadas ao programa). É positiva a interatividade do Bolsa Família com a escola pública primária. É de grande coerência a elevação sistêmica do salário mínimo real, que é no Brasil o elemento que precifica o trabalho dos autônomos e informais e um argumento poderoso nas mesas de negociação sindical. Ao longo dos dois mandatos de Lula, a execução do programa Luz para Todos integrou milhares de localidades a redes elétricas. Outras iniciativas, em relação ao pequeno produtor rural, por exemplo, se alinham segundo a diretiva neopopulista. É meritória a firmeza com que o presidente Lula resiste às tentativas de mutilação do sistema de Previdência Social. Os encantos da Casa das Garças não lhe seduzem.

Observo, com preocupação e restrições, o crédito consignado e o desconto em folha. Sei do desejo popular pelo acesso a um crédito que lhe permita a aquisição de móveis, eletrodomésticos, computadores, automóveis e motocicletas. Na cultura popular, os denominados bens duráveis de consumo formam o patrimônio mais sólido da família pobre brasileira; servem de hipoteca para o comércio birosqueiro que lhe fornece o básico quando a volatilidade e a insegurança do trabalho informal geram um hiato de renda. Sei também que o sonho popular é desfrutar desses bens como escada de um patamar de vida melhor. O nosso típico comprador a prazo observa o tamanho da prestação; é displicente quanto aos juros implícitos ou explícitos no financiamento dessa aquisição. Além do mais, tenta ser um ótimo pagador, pois considera "sujar a ficha" um veto ao seu sonho patrimonial.

No Brasil, não há a prática da hipoteca na compra de bens duráveis. O candidato à compra, enquanto paga suas prestações, é um fiel depositário. Se não pagar, perde o bem e todas as prestações já pagas. No crédito consignado, o vendedor e o financiador estão tranquilos, pois a previdência pública garante; no desconto em folha, a garantia é dada pela carteira assinada e pelo desempenho da empresa contratante.

A venda financiada pode estimular uma retomada de investimentos das empresas desses setores. Isso anima a indústria de máquinas e equipamentos e as engenharias voltadas ao planejamento e montagem industrial; novos empregos são criados, há tendência à melhoria salarial e novas vendas financiadas são realizadas. Em resumo, o endividamento familiar pode ser o ponto de partida de um círculo virtuoso de crescimento. Em contrapartida, pode dar origem a uma bolha análoga àquela que, tendo estourado, está na partida da atual crise econômica mundial.

Se as empresas, intimidadas pela crise, interrompem ou adiam seus investimentos, com isto destroem empregos e irradiam a sensação de tempos difíceis para todos os ramos empresariais. As famílias já endividadas tendem a encolher seus gastos correntes. Novos candidatos ao crédito relutam ou esperam uma promoção mais atraente. Se a queda do investimento privado for acentuada e acelerada a destruição de empregos, a bolha dos ativos financeiros pode se dissolver.

A crise mundial, em sua vertente de crédito, já se disseminou pela economia brasileira por variados caminhos. A bolha tupiniquim não pode se dissolver, porém a progressão e a intensidade da crise mundial tornam esta ameaça muito presente, sobretudo porque é desconhecida a extensão em que empresas atuantes no Brasil estão diretamente afetadas pelas fogueiras de derivativos e pela desaparecimento de ativos fictícios.

Porém, ao mesmo tempo, o Brasil pode rejeitar a política monetária orientada por metas de inflação, que nos situa em primeiro lugar no pódio mundial dos juros básicos; a sinalização e a prática de reduções substanciais da taxa Selic terá um efeito anticíclico extremamente positivo no Brasil.

Entretanto, precisa ser acompanhada de uma centralização das operações de câmbio e uma política positiva e ativa de controle do movimento de capitais internacionais. O Banco do Brasil deveria ser

o operador desta centralização e o Banco Central, ouvindo o Congresso Nacional, fixaria as principais diretivas.

Não podemos permitir que haja "um cristianismo sem inferno" para os especuladores, nem que filiais estrangeiras que se nutrem no mercado interno brasileiro façam movimentações especulativas de capitais; não podemos, sob hipótese nenhuma, permitir um ataque especulativo ao real após a destruição de nossas reservas internacionais. Creio que irão se multiplicar práticas de dumping e, de um modo geral, haverá um retorno a procedimentos protecionistas. Desde logo, o Brasil tem de trabalhar com estas hipóteses.

Se nosso BC passar a considerar a deflação mundial como um risco de crescente peso, políticas defensivas de setores agropecuários devem ser pensadas. Aparentemente, a crise mundial expulsou os neo-especuladores da globalização financeira da Bolsa de Mercadorias de Chicago; o discurso sobre o preço das commodities voltou a ser fundamentalista. Simultaneamente, procedimentos clássicos de controle de preços passaram a ser adotados.

O governo americano aumentou, substancialmente, sua reserva de barris de petróleo, tornando mais difícil as operações da Opep. A China manteve sua siderurgia a pleno vapor e passou a estocar os excedentes de aço produzido. Tanto a Rússia quanto a França já fixaram como diretrizes, nessa crise, preservar suas empresas essenciais. A Vale do Rio Doce, em vez de sua pretensão de ser a maior mineradora do mundo, deveria retornar a seu papel de empresa estratégica brasileira. Os puristas dirão que o Banco do Brasil e a Petrobras são hoje empresas de capital aberto, o que sugere a alta prioridade do fundo soberano brasileiro operar a recompra das companhias estratégicas para o desenvolvimento brasileiro.

Ao neopopulismo já executado com algum êxito, o presidente Lula dispõe da potencialidade do Brasil emergente em um projeto nacional de desenvolvimento que preserve e construa salvaguardas de uma crise mundial que, além de severa, irá reestruturar o grande jogo internacional.

Indústria baiana perde mais empregos que média do País

A indústria baiana perdeu postos de trabalho, de acordo com a mais recente pesquisa sobre o setor divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são de novembro de 2008, mas já demonstram – com uma redução de 0,4%, numa comparação com o mesmo período do ano anterior – a tendência de demissões apontada pelos sindicatos de trabalhadores desde os primeiros dias de janeiro.

Os números da Bahia foram piores que a média nacional, que aumentou 0,4% no período. Com base na pesquisa, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) apontou uma redução de 1,3% na oferta de trabalho na indústria de transformação (transforma matéria-prima em produto final).

A Bahia recebeu ainda um outro destaque negativo na pesquisa do IBGE: foi o único entre os 14 estados pesquisados que apresentou queda no valor da folha de pagamento, com uma redução de 0,8%. O texto de apresentação da pesquisa aponta os resultados como reflexo da desaceleração econômica.

De acordo com o IBGE, houve um recuo de 0,6% na indústria nacional entre os meses de outubro e novembro, pior resultado do setor econômico desde outubro de 2003.

Outro número que demonstra uma desaceleração é a redução de 1,7% entre outubro e novembro no número de horas pagas aos trabalhadores, simplesmente a maior já registrada.

Petroquímica – O início de 2009 preocupa os trabalhadores da indústria química e petroquímica da Bahia, que mostra sinais de estar sendo afetada pela crise financeira mundial. O Sindicato dos Químicos e Petroleiros (Sindiquímica) contabiliza, desde dezembro do ano passado, 184 demitidos no Polo Industrial de Camaçari. Entre os petroleiros, não há registro significativo de demissões. As empresas que mais demitiram foram o Grupo Unigel, com 60 demissões; Copenor/Metanor (15 demissões); e Millenium, que fez 19 demissões, alegando reestruturação tecnológica e desligamentos já esperados.

O Sindiquímica informa que a Dow também registra sete demissões, “mas podem ser reflexo da desativação e desmontagens das unidades fechadas no segundo trimestre do ano passado”, segundo

destaca Maurício Jansen, diretor do Sindiquímica.

Trabalhadores – De acordo com o Sindiquímica, a Braskem, maior empresa do setor, atualmente opera com linha 1 da unidade de insumos básicos parada. A unidade de insumos básicos é responsável pelas matérias-primas do setor e produz o insumo principal, etileno. Atualmente, também estão paradas a unidade PE-2 e uma planta da PE-3, das três unidades de polietileno na Bahia. A unidade de CPL, responsável por produção caprolactama, matéria-prima do nylon-6, está parada.

Por meio da assessoria de comunicação, a Braskem, principal empresa do setor petroquímico, contestou algumas informações do Sindiquímica. A empresa informa que uma das quatro unidades que produz insumos básicos está mesmo parada, mas destaca que a interrupção nas atividades da unidade PE-2 aconteceu para a realização de ajustes técnicos, com previsão de retorno às atividades no dia 18.

A Braskem explicou ainda que o setor petroquímico trabalha com a perspectiva de retomada do ritmo normal a partir do próximo mês, uma vez que os estoques das empresas que recebem dela insumos estariam reduzidos e haveria necessidade de reposição. Sobre os temores de reestruturações, com a perda de postos de trabalho, a empresa informa que, mesmo que tome qualquer decisão, a prioridade será realocar o pessoal.

A reportagem procurou a direção do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic) e também do sindicato patronal dos químicos para falar sobre aos impactos da crise no setor, mas não obteve retorno das solicitações de entrevista.

Metalúrgicos – A negociação com os trabalhadores mostrou um resultado positivo no caso dos metalúrgicos da Bahia. Em reunião na última segunda-feira com a direção do Complexo Ford, eles conseguiram o compromisso da empresa em suspender qualquer processo de demissão em massa até o primeiro trimestre deste ano. Em março, em nova negociação, será avaliado o cenário na economia mundial e empresa e sindicato voltam a debater o assunto.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Aurino Pedreira, os dirigentes sindicais têm buscado, desde a eclosão da crise financeira internacional, assegurar a preservação dos postos de trabalho. O compromisso assumido pela Ford representa, assim, grande vitória para os empregados, que temiam o desemprego no retorno das férias coletivas, no início deste mês.

“A nossa principal preocupação é garantir a empregabilidade, a manutenção dos empregos e de todos os direitos trabalhistas. Apesar do compromisso, que é uma conquista significativa para os funcionários da Ford, vamos continuar vigilantes para evitar qualquer retrocesso e prejuízos aos trabalhadores”, frisa Pedreira.

A TARDE ON LINE

[Sem CUT, sindicatos e Fiesp discutem redução de jornada](#)

13/01/2009 22h38

Para enfrentar a crise econômica mundial, sindicatos, centrais sindicais e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) iniciaram, na tarde desta terça-feira (13) – sem a presença da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior do país – uma série de reuniões para tentar fechar um acordo que permita colocar em prática alternativas, previstas na lei, nas relações de trabalho.

Entre estas alternativas, estariam a redução da jornada de trabalho, com remuneração proporcionalmente menor. A contrapartida para os sindicatos seria a garantia de emprego.

“Nós estamos dispostos a negociar alternativas que estão dentro da legislação. Não vamos inventar nada, nós vamos usar o que está na legislação para que a gente possa fazer algum entendimento para não demitir, para garantir os empregos”, explicou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

De acordo com ele, as outras alternativas que serão discutidas são: férias coletivas, licença remunerada, banco de horas, suspensão do contrato de trabalho.

As reuniões vão ocorrer até o próximo dia 22, quando está previsto que um acordo seja anunciado na sede da Fiesp, em São Paulo.

“A lei está prevendo uma série de iniciativas que podem ser feitas. Não precisa flexibilizar a lei, não precisa criar nova lei. Nós vamos começar pelo que é mais fácil, pelo que está na lei. Podemos fazer desde que haja entendimento [com os sindicatos]. Então, o que nós precisamos pregar é o entendimento”, disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaff.

A CUT não aderiu às negociações por não concordar com medidas que reduzam o salário dos trabalhadores. “A CUT não vai participar de uma reunião que tem como ponto de partida a redução de salários atrelada à redução da jornada, suspensão de contratos e flexibilização de direitos”, disse, em nota, o presidente da central, Artur Henrique.

“A Central Única dos Trabalhadores reafirma que a luta pelo emprego deve ter como princípio a garantia de manutenção das vagas sem flexibilização dos direitos, nem redução de salários. A saída para a crise passa pela geração de novos empregos, com a necessária redução drástica das taxas de juros e o fim do superávit primário”, diz o texto.

Fonte: Agência Brasil

[Juiz acusado por escravidão interfere em caso de escravagista](#)

Sentença do juiz Marcelo Testa Baldochi devolveu processo contra Miguel de Souza Rezende à Justiça Federal. Promotora adverte: mudança de esfera causaria prejuízo processual e crime de trabalho escravo poderá prescrever

Por Bianca Pyl

O juiz Marcelo Testa Baldochi, da Comarca de Bons Pastos (MA), e o pecuarista Miguel de Souza Rezende são acusados pelo crime de reduzir trabalhadores à condição análoga à de escravo. Em substituição à juíza titular da Comarca de Senador La Rocque (MA), o magistrado envolvido com trabalho escravo tomou uma decisão que, segundo a promotora Raquel Chaves Duarte Sales, acabou atendendo aos interesses do fazendeiro Miguel, réu em processo de exploração de mão-de-obra escrava.

[Incluído em 29 de dezembro de 2008 na "lista suja" do trabalho escravo](#) - cadastro federal que reúne os empregadores envolvidos com esse tipo de crime -, Marcelo remeteu novamente o processo de Miguel à Justiça Federal, mesmo depois de uma longa novela de idas e vindas entre tribunais e do posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo do Poder Judiciário, pelo julgamento do referido caso na esfera estadual.

O despacho do juiz Marcelo, datado de 25 de janeiro de 2008 - quando ele substituíra a titular da Comarca de Senador La Rocque (MA), Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia -, foi um grave erro, na opinião da promotora Raquel Chaves Duarte Sales, do mesmo município.

A mais nova mudança para a esfera federal causará prejuízo processual, de acordo com Raquel. Principalmente porque Miguel de Souza Rezende está com 76 anos e o caso pode prescrever, como já ocorreu em outro processo decorrente de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ocorridas nas propriedades do acusado em 1996 e 1997. [O juiz da Comarca de João Lisboa \(MA\), Flávio Roberto Ribeiro Soares, extinguiu, em abril de 2005, a punibilidade contra o fazendeiro com relação às infrações da década de 90.](#)

A pena máxima por trabalho escravo, previsto no Art. 149 do Código Penal, é de oito anos de prisão. A legislação estabelece que crimes com pena máxima até oito anos prescrevem em 12 anos; para os maiores de 70 anos, esse prazo cai pela metade (seis anos). O tempo transcorrido entre a fiscalização que deu início ao processo anterior até a denúncia na Justiça Estadual foi de sete anos e cinco meses. O atual processo contra Miguel de Souza Rezende diz respeito à fiscalização de 2001. “É interessante para a defesa manter o processo de um lado para outro. Não cabia nesse momento mandar os autos novamente para a instância federal”, completa a promotora Raquel.

Em 8 de setembro de 2008, Raquel entrou com um pedido de reconsideração para que a decisão fosse revogada. A juíza titular de Senador La Rocque (MA), Ana Beatriz, acatou o pedido da promotora e convocou audiência para ouvir testemunhas em novembro do ano passado.

Contratado por Miguel de Souza Rezende, o advogado Fábio de Oliveira Rodrigues entrou, porém, com um pedido de habeas corpus para que o caso fosse julgado pela Justiça Federal. Vale lembrar que no início do processo, a defesa encaminhara uma solicitação exatamente no sentido inverso,

pedindo para que o caso saísse da esfera federal para ser analisada pela Justiça Estadual. Mesmo assim, o desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo concedeu a liminar que suspendeu a audiência do processo. Contudo, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu por unanimidade, na sessão desta terça-feira (13), negar o pedido de habeas corpus e o processo deve ser mantido na Justiça Estadual.

Idas e vindas

O processo em que o pecuarista é réu foi protocolado pelo Ministério Público Federal (MPF) em janeiro de 2002, em decorrência de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Antes de qualquer interrogatório, os advogados de Miguel entraram com um pedido de habeas corpus pedindo para que o caso fosse julgado pela Justiça Estadual. Naquela ocasião, o juiz federal Mauro Rezende de Azevedo aceitou a liminar e o processo foi remetido para a Justiça Estadual do Maranhão, que promoveu os primeiros interrogatórios. O MPF recorreu da decisão ao STF via o Recurso Extraordinário 466508/MA.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ser competência da Justiça Federal julgar crimes de redução à condição análoga à de escravo em novembro de 2006. Por conta disso, o caso foi novamente enviado para a esfera federal, em 1º de janeiro de 2007. Novas contestações, porém, culminaram no pronunciamento específico do STF sobre a questão.

Em 2 de outubro de 2007, o ministro Marco Aurélio Mello determinou que o processo contra Miguel de Souza Rezende era um "simples descumprimento de normas de proteção ao trabalho", portanto, não era de trabalho escravo, crime que "pressupõe o cerceio à liberdade de ir e vir". Com isso, o STF decidiu pela incompetência da Justiça Federal para julgar o caso e, outra vez, o processo retornou para o Maranhão.

O juiz Marcelo decidiu pela devolução do processo à instância federal, contrariando a recomendação do ministro Marco Aurélio, do STF. "A decisão de Dr. Baldochi conturbou a marcha do processo. A competência já havia sido definida pelo Tribunal Regional Federal 1ª Região e pelo STF. O fato do MPF ter recorrido não criou obstáculos para o andamento do processo porque o recurso extraordinário não tem efeito suspensivo", explica a promotora.

A promotora de Senador La Rocque (MA) lembra também das dificuldades para reunir todas as testemunhas e os próprios fiscais do MTE que autuaram o pecuarista Miguel compareçam às audiências. "Quando conseguimos a presença de todos, essa decisão que atrasará o caso foi tomada".

Consultado pela Repórter Brasil, Marcelo afirma que a sentença apenas e tão-somente preservou o processo. "A decisão cuidava do deslocamento da competência para julgamento do processo da Justiça Estadual para a Justiça Federal, nos termos do art. 109 da Constituição Federal e reiterada orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal". O juiz disse ainda que a continuidade do caso na instância estadual poderia gerar sua nulidade absoluta. "Não houve nenhum juízo de valor quanto ao mérito da questão".

Coincidência

Acusados pelo crime de trabalho escravo, o juiz Marcelo Testa Baldochi e o pecuarista Miguel de Souza Rezende têm outra coisa em comum. Ambos contrataram os serviços do escritório Advogados Associados Fabiano, Fábio & Fabiano - de Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues, Fábio de Oliveira Rodrigues e Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Júnior - para defendê-los na Justiça. Marcelo sustenta que Fábio de Oliveira Rodrigues, que defende diretamente Miguel de Souza Rezende, "não é o que milita" na defesa dos processos que o magistrado responde no Tribunal de Justiça do Maranhão. Ocorre que todos os sócios do escritório de advocacia constam no processo do pecuarista Miguel, inclusive os nomes daqueles que defendem Marcelo. A Repórter Brasil entrou em contato com o advogado Fábio, que não quis conceder entrevista.

A promotora Raquel Chaves Duarte Sales ficou surpresa quando tomou conhecimento do fato durante uma audiência. "Estava conversando com o advogado Fábio de Oliveira Rodrigues sobre a postura de Baldochi durante o processo, no qual me pareceu parcial com o réu. E ele [Fábio] defendia a postura do juiz. Então o questioneei, sem saber, se ele era advogado de Baldochi também. E sem nenhuma ressalva ele me disse que sim".

Históricos

Miguel de Souza Rezende responde na Justiça pelo crime de exploração de pessoas em condições análogas à escravidão na Fazenda Rezende, em Senador La Rocque (MA). Os crimes cometidos na propriedade em 1996 e 1997 já prescreveram e o processo atual foi instaurado por causa do flagrante de trabalho escravo em 2001. Em 2003, os fiscais encontraram novamente 65 pessoas escravizadas na mesma área. O nome de Miguel já foi incluído três vezes na "lista suja" do trabalho escravo.

O fazendeiro também é proprietário da Fazenda Zonga, localizada dentro da Reserva Biológica (Rebio) de Gurupi. Durante a operação de 1996, foram libertadas ao todo 52 pessoas das Fazendas Rezende e Zonga. Um ano depois, em outubro de 1997, as mesmas fazendas passaram por vistoria do grupo móvel, tendo sido libertados mais 32 trabalhadores. Também houve reincidência do crime na Fazenda Zonga em 2001 e 2003.

Já a Fazenda Pôr do Sol, do juiz Marcelo Testa Baldochi, foi fiscalizada em setembro de 2007. No local, o grupo móvel do MTE) encontrou 25 pessoas - entre elas um adolescente de 15 anos - em condições análogas à escravidão. O juiz foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão por crime de trabalho escravo. A denúncia foi protocolada pelo procurador-geral da Justiça, Francisco das Chagas Barros de Sousa.

Os alojamentos da Fazenda Pôr do Sol, localizada no município de Bom Jardim (MA), eram precários e a alimentação era inadequada. Não havia água potável e nem equipamentos de proteção individual (EPIs). Na ocasião, foram constatadas ainda outras irregularidades como sonegação previdenciária, porte ilegal de armas, motosserras sem registros e crimes de ordem ambiental. De acordo com os trabalhadores, o juiz orientara o grupo para dizer à fiscalização que estavam ali como posseiros no plantio de roça, numa tentativa de descaracterizar o crime e burlar a ação fiscal. O juiz, que na ocasião atuava como titular da 2ª Vara Criminal de Imperatriz (MA), pagou R\$ 32 mil aos trabalhadores vindos dos municípios de Alto Alegre do Maranhão (MA), Codó (MA) e Buriticupu (MA). Ele assinou também um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para a melhoria das condições na Fazenda Pôr do Sol. Por conta da denúncia de trabalho escravo, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) apresentou um pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi negado pelo conselheiro Técio Lins e Silva. Diante da recusa, o Sindjus protocolou um mandado de segurança junto ao STF para que o CNJ, órgão máximo de controle externo do Judiciário, avalie o caso de Marcelo Testa Baldochi.

O processo de vitaliciamento do juiz do Maranhão foi suspenso por decisão do Tribunal de Justiça estadual. Marcelo aguarda o julgamento final do mandado de segurança que suspendeu seu benefício. Ele - que chegou a ser afastado por ter descumprido determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em outra decisão no município de Benedito Leite (MA) - questiona o direito a voto, no seu processo, de desembargadores que possuem filhos na magistratura.

Banco Santander deve indenizar empregado demitido na véspera de cirurgia

A 6ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) condenou o Banco Santander Meridional ao pagamento de R\$ 20 mil de indenização por dano moral a um trabalhador demitido na véspera de realizar uma cirurgia que o deixaria afastado do trabalho por 60 dias.

De acordo com informações da assessoria do TST, os ministros entenderam que a intenção do banco foi a de se eximir das obrigações decorrentes do afastamento do empregado, o que acarretou sofrimento a ele e a sua família diante da situação de insegurança econômica.

Na reclamação trabalhista ajuizada contra o Santander, o bancário disse ter sido demitido em 17 de abril de 2004, um dia antes de se submeter a uma cirurgia para correção de hérnia inguinal. Disse também que, diante da necessidade de ser substituído na função durante o afastamento, comunicou antecipadamente o fato à empresa.

Ação

O pedido de indenização de R\$ 20 mil a título de dano moral foi rejeitado sucessivamente pela primeira instância e pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 12ª Região (SC), que não

reconheceram, no caso, a presença de elementos capazes de configurar o dano moral. O trabalhador recorreu então ao TST, por meio de recurso de revista. O banco, em sua defesa, não negou que tinha conhecimento prévio de que o empregado se submeteria à cirurgia, mas alegou a ausência de amparo legal para o deferimento da indenização, uma vez que a demissão faz parte do direito do empregador.

Para o relator do recurso, ministro Horácio de Sena Pires, a dispensa, embora esteja prevista em lei, assumiu caráter ilícito por contrariar “os princípios constitucionais que regem o direito do trabalho” e constituir abuso de direito. “Ao exercer o direito potestativo, o banco agiu com excesso e extrapolou os limites impostos pela boa fé e pelo fim econômico ou social deste direito”, explicou em seu voto.

O ministro ressaltou que a lealdade e a lisura do empregado, que comunicou previamente seu afastamento, não tiveram a reciprocidade esperada da empresa. “É bem possível que, se o trabalhador não tivesse comunicado o afastamento, o banco não o teria despedido — nem poderia fazê-lo, por conta da licença médica e a conseqüente custódia previdenciária”.

ÚLTIMA INSTANCIA

Projeto garante estabilidade de empregos em casos de fusão

Projeto de Lei apresentado pelo deputado Deley (PSC-RJ) garante estabilidade no emprego por seis meses aos trabalhadores de empresas que passarem por processo de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário.

A proposta (PL 4296/08) obriga as empresas a oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação aos empregados que serão dispensados ao final desse período.

Problema social

Deley destaca que as empresas que passam por processo de fusão ou incorporação tendem a reduzir drasticamente seus quadros de pessoal com a finalidade de cortar custos e aumentar lucros.

"O projeto objetiva proteger minimamente os empregados dessas empresas, que não levam em conta o problema social gerado por suas decisões", argumenta o parlamentar fluminense.

O projeto proíbe também a redução do valor dos salários durante a estabilidade no emprego. Além disso, a proposta define que, até o final do primeiro ano da fusão ou incorporação, as demissões não poderão ultrapassar 30% do total dos quadros de pessoal das empresas. Este percentual sobe para 50% ao final do segundo ano.

Tramitação

A matéria, que tramita em **caráter conclusivo**, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

AGENCIA CAMARA

Grupo RBS contesta acusação de oligopólio em SC

A ação civil impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o Grupo RBS pelo impedimento da formação de oligopólio em comunicação em Santa Catarina continua repercutindo em veículos nacionais. O processo tem como objetivo reverter a aquisição pela empresa do jornal A Notícia, de Joinville.

Procurado em dezembro por Coletiva.Net, o grupo empresarial gaúcho não quis falar a respeito. A novidade agora é que manifestou-se oficialmente ao Portal Imprensa, informando, através de sua assessoria, que "a operação de aquisição do jornal A Notícia foi devidamente autorizada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e demais autoridades de Direito Econômico por cumprir rigorosamente os termos da lei".

Além disso, declarou a empresa, "todas as operações e veículos do Grupo RBS em Santa Catarina atendem minuciosamente as especificações legais e são autorizados pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional".

A ação, assinada pelos procuradores da República, Ana Lúcia Hartmann, Celso Antônio Torres, Marcelo da Mota e Mário Sérgio Ghannagé, caso seja julgada procedente, poderá resultar em transferência de parte das emissoras do grupo a terceiros não envolvidos na mesma família. A RBS detém, atualmente, seis canais de televisão no estado, quatro a mais do que seria permitido por lei.

COLETIVA NET